



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 679997 - ES (2021/0218227-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : LEANDRO ATAYDE TRISTAO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : LEANDRO ATAYDE TRISTAO DE OLIVEIRA - ES015364  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : FABIO PEREIRA THOMAZIN (PRESO)  
**CORRÉU** : GERALDO HENRIQUE SIMOURA DOS REIS SOUZA  
**CORRÉU** : GEFERSON DOS SANTOS  
**CORRÉU** : CASSIO LEOPOLDINO FERREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FABIO PEREIRA THOMAZIN em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (HC n. 0007815-20.2021.8.08.0000).

O paciente foi preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, incisos III e VI, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante alega que o paciente contribuiu para a investigação policial (art. 41 da Lei n. 11.343/2006), o que denota a ausência de periculosidade.

Afirma constrangimento ilegal devido ao excesso de prazo da prisão preventiva, porquanto o paciente está preso há 12 meses sem que tenha sido iniciada a instrução criminal, e que só foi notificado/citado 8 meses após a prisão, após a impetração do *writ* no Tribunal *a quo*. Ressalta a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Aduz ausência de fundamentação idônea (art. 315 § 2º do Código de Processo Penal) da decisão que determinou a prisão preventiva e do acórdão, pois, além de não terem sido demonstrados os requisitos da prisão (art. 312 do Código de Processo Penal), não há elementos que indiquem a periculosidade do paciente, que é primário e não possui maus antecedentes. Ressalta que não fizeram alusão a fatos contemporâneos e não analisaram a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas.

Sustenta que deve ser trancada a ação penal, ante a atipicidade das condutas descritas no que concerne às majorantes previstas no art. 40, III e VI, da Lei n.

11.343/2006.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente *writ*, aplicando, se for o caso, medida cautelar diversa da prisão.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para trancar a ação penal "quanto às duas majorantes que sem lastro fático e contrariando o arcabouço normativo aplicável ao caso, foram indevidamente inseridas na denúncia"(fl. 21).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

O Tribunal deixou assentado o seguinte:

Conforme se extrai dos autos, em relação ao inciso III, observo que a residência utilizada pelo paciente e pelos corréus para o preparo e acondicionamento das drogas para a venda localiza-se nas imediações da Escola Adventista.

Por outro lado, também há elementos a indicar a idoneidade da causa de aumento aludida no artigo 40, inciso VI, da Lei nº 11.343/2006, considerando que, no momento do flagrante, encontrava-se presente no local dos fatos uma criança de 5 (cinco) anos, razão pela qual, através do habeas corpus, é inviável o decote da acusação. [...]

Isso porque, constato, em análise ao sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal de Justiça, bem como pelas informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, que o feito não se encontra paralisado, mas sim com regular andamento dentro das possibilidades impostas pelo próprio processo, uma vez que trata-se de demanda complexa, com a presença de 4 (quatro) réus, com defesas distintas.[...]

Destarte, não há que se falar em falta de fundamentação da medida constritiva, quando a mesma se encontra baseada nos requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal(fls. 23-24)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente